



Arte (in)acessível: papéis que se cruzam

Resumo

14 de Junho de 2016

ÉVORA, Fundação Eugénio de Almeida

Ana Riscado, investigadora e produtora cultural; **José Alberto Ferreira**, Coleção B, Ciclos de São Vicente; **Isabel Bezelga**, Professora de arte e teatro; **Nélia Pinheiro**, CDCE – Companhia de Dança Contemporânea de Évora; **Helena Rocha** (moderadora), Direcção Regional de Cultura do Alentejo

FARO, Teatro das Figuras

Joaquim Guerreiro, Teatro Municipal de Faro; **Marco Lopes**, Museu Municipal de Faro; **Maria Luísa Pereira**, Arquivo Distrital de Faro; **Patrícia Batista** (moderadora), Galerias Municipais de Loulé

LISBOA, Casa Fernando Pessoa

Joaquim René e **Nuno Santos**, São Luiz Teatro Municipal; **Maria de Assis Swinnertone João Carvalho Dias**, Fundação e Museu Calouste Gulbenkian; **Paulo Prata Ramos**, Culturgest; **Rita Pires dos Santos** (moderadora), Museóloga, associada da Acesso Cultura

PORTO, MIRA FORUM

Denise Pollini, Coordenadora do Serviço Educativo do Museu de Arte Contemporânea de Serralves; **José Paiva**, Director da Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto; **Manuela Monteiro**, Directora do Espaço Mira e Mira Fórum; **Alexandre Matos** (moderador), Museólogo, Director do Departamento de Investigação e Formação da Sistemas do Futuro



Os debates procuraram obter uma visão sobre:

- as questões da acessibilidade à arte;
- as formas que as instituições culturais têm encontrado para garantir o acesso aos seus espaços e às suas ofertas.

Debateram-se os desafios colocados, as respostas encontradas, as estratégias desenhadas e as dúvidas por esclarecer. Foram abordados os seguintes temas:

- a tomada de consciência das instituições;
- as políticas de gestão;
- a articulação entre as áreas funcionais das instituições;
- a relação das instituições com o público.

A tomada de consciência das instituições

Para alguns participantes, os actuais défices de acessibilidade (social e intelectual) devem-se à natureza histórica que esteve inerente à criação de algumas instituições. Por exemplo, os museus, cujo discurso se funda em conhecimento altamente especializado, foram pensados numa lógica de comunicação unidirecional e instrutória.

As instituições que estiveram presentes nos debates estão conscientes da necessidade de melhoria das condições de acesso - físico, social e intelectual – aos seus espaços e à sua oferta. Esta consciencialização não é alheia à forma como este tema tem vindo a ganhar maior importância noutros domínios da nossa sociedade.

A legislação trilhou o caminho da acessibilidade física e as instituições culturais têm vindo a ganhar sensibilidade para o acesso social e intelectual. No entanto, ainda há muito trabalho que deve ser desenvolvido neste domínio. As iniciativas ainda se caracterizam, na sua maioria, por serem pontuais e por cobrirem apenas uma parte da oferta das instituições. Pensar e garantir a acessibilidade é uma tarefa que requer esforço e empenho constantes.

Foram enumeradas algumas das acções desenvolvidas pelas instituições presentes:

- melhoria das acessibilidades físicas às instalações (por exemplo, adaptação da bilheteira para pessoas com mobilidade reduzida);
- reformulação do site e das folhas de sala;
- venda de bilhetes online;
- uso de tecnologias interativas;
- oferta de bilhetes a pessoas com dificuldades financeiras;
- acolhimento de espectáculos adaptados para públicos especiais e minoritários;
- acolhimento de refugiados;



- criação de espectáculos de teatro comunitário e de inclusão.

Entre outros, foi abordado o caso dos arquivos. Debateu-se como é que estas instituições podem ser acessíveis e se têm essa preocupação integrada na sua gestão. Apesar de alguns arquivos já desenvolverem uma programação acessível e de a maior parte dos edifícios serem acessíveis, ainda há muitos conteúdos que não o são.

A questão da acessibilidade é muito abrangente. Para alguns participantes, não se trata apenas de garantir o acesso a pessoas com necessidades especiais, mas também da possibilidade das instituições se inscreverem na vida quotidiana dos indivíduos. Uma inscrição que não se opera no sentido da simplificação e da interpretação, mas no sentido de despertar formas de relacionamento com a arte.

Algumas instituições veem-se confrontadas com a necessidade de adaptar determinados aspectos da oferta aos seus públicos habituais. Por exemplo, se a natureza da oferta atrair um público mais idoso, será normal que a instituição seja mais comumente confrontada com algumas questões de acesso (mobilidade reduzida, visão reduzida, entre outras).

As políticas de gestão

Até que ponto a acessibilidade se integra na política de gestão das instituições culturais? Os pontos de vista e as práticas são diversas:

- alguns participantes consideram que as questões da acessibilidade estão patentes na gestão das suas instituições;
- outros consideram que, apesar da sua preocupação com este tema, seria precipitado dizer que a acessibilidade está formalmente integrada na gestão, ainda que conte com o apoio e a sensibilidade das administrações;
- ainda que em menor número, há quem defenda que a acessibilidade deve ser fruto de iniciativas e sensibilidades individuais e não de políticas de gestão.

Foram mencionadas algumas questões que devem estar presentes numa estratégia global de acessibilidade:

- eliminação de barreiras físicas;
- estudo e observação dos públicos (actuais e potenciais);
- acessibilidade dos conteúdos;
- comunicação acessível;
- investimento e estratégias de captação de públicos;
- avaliação do impacto das medidas/acções desenvolvidas.



Pensar a acessibilidade de forma integrada

Quais as áreas funcionais das instituições que contribuem para que o espaço e a oferta em si estejam acessíveis a pessoas com capacidades, conhecimentos e interesses diversos? Ainda que a maior parte das instituições não tenha uma estratégia global para a acessibilidade, é partilhada a consciência de que as questões do acesso:

- influenciam/são influenciadas por todas as áreas funcionais das instituições;
- devem ser planeadas com o envolvimento de todas as áreas (o comunicar, o receber, o adaptar as obras, etc.);
- devem ser integradas nos planos de formação profissional das equipas.

No entanto, há quem coloque mais a tónica na comunicação da oferta do que no potencial das equipas multidisciplinares.

Foi constante a referência aos serviços educativos como uma área que, pela sua natureza, acabou por acumular um *know-how* neste domínio e que presta apoio às restantes áreas.

O trabalho em rede entre instituições culturais também foi abordado: quer na óptica da partilha de conhecimento e de boas práticas, quer no que diz respeito à coordenação dos recursos e da calendarização das actividades.

A formação e sensibilização de públicos

A problemática da acessibilidade não passa só por garantir as condições ideais de acesso (físico, social e cultural), mas também por contornar alguns factores externos às instituições culturais, como:

- as acessibilidades para lá chegar;
- a inexistência de hábitos culturais em determinados públicos.

Há a consciência de que as instituições têm de ter uma atitude de proactividade na relação com os públicos. Neste campo, a mediação cultural é vista como potenciadora da acessibilidade aos espaços culturais, dada a sua vocação para desenvolvimento e captação de públicos.

No que diz respeito à tentativa de aproximação aos públicos física e socialmente mais vulneráveis, as instituições têm procurado trabalhar em parceria com entidades que lhes facilitem a mediação (por exemplo, entidades vocacionadas para a defesa dos interesses de deficientes físicos ou para o combate à pobreza e exclusão social).

Por outro lado, também foi abordada a importância da educação/ensino. Alguns dos pontos debatidos foram:



- a relação educação/cultura/território, considerando que é necessário trabalhá-la numa rede local, nacional e internacional;
- o papel que os professores têm na mediação, entre alunos e instituições.